



RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 002/2021/TCMPA, de 24 de fevereiro de 2021.

EMENTA: *REGULAMENTA A INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PLENÁRIO VIRTUAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, NOS TERMOS DO ART. 66, DO RITCMPA (ATO 23).*

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições constitucionais e legais que lhe são conferidas, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma **art. 2º, incisos II e VI, da Lei Complementar nº. 109, de 27 de dezembro de 2016 c/c artigos 147, 148 e 210, do Regimento Interno do TCM PA (Ato n.º 23)**, por intermédio desta Resolução Plenária, de cumprimento obrigatório, e,

CONSIDERANDO a necessidade permanente de aperfeiçoamento dos procedimentos de prestação da tutela jurisdicional, no âmbito de sua competência, notadamente voltados ao julgamento dos processos de prestações de contas dos Chefes de Poderes e demais ordenadores responsáveis;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a razoável duração do processo, a economia processual e o prestígio da instrumentalidade das formas, de modo a otimizar e evitar o retardamento da entrega da prestação jurisdicional desta Corte de Contas;

CONSIDERANDO as premissas aprovadas e instituídas pelo Tribunal Pleno, inseridas no Projeto “TCM-180º”, voltadas à modernização e efetividade das ações do TCM PA, no exercício de suas competências e jurisdição;

CONSIDERANDO a busca permanente de melhorias dos serviços prestados por este Tribunal de Contas, com a busca de boas práticas e estabelecimento de parcerias institucionais com os demais órgãos dotados de atribuições jurisdicionais, a exemplo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro e do Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

CONSIDERANDO, ainda, a previsão consignada junto aos artigos 59 a 66, do Regimento Interno do TCM PA (Ato 23), dentre os quais, destaca-se a previsão regulamentar do Plenário Virtual, fixada junto ao art. 66;

CONSIDERANDO, por fim, proposta de regulamentação apresentada em Plenário, na Sessão Ordinária de 24/02/2021, pelo Conselheiro ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES, aprovada por unanimidade de votos, devidamente registrados em Ata;

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica instalado o Plenário Virtual do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, conforme autorizativo contido no art. 59, do RITCMPA (ATO 23), destinado à realização de Sessões Ordinárias do Tribunal Pleno e da Câmara Especial de Julgamento, com funcionamento regulamentado nos termos da presente Resolução Administrativa.

Parágrafo único. Poderão ser julgados no Plenário Virtual tanto os processos que tramitam em autos físicos, quanto os processos eletrônicos em tramitação virtual, excetuando-se os processos destinados à homologação de medidas cautelares, aplicadas monocraticamente pelo Relator, na forma regimental.

Art. 2º. As sessões do Plenário Virtual serão públicas e poderão ser acompanhadas pela rede mundial de computadores (internet), em endereço eletrônico disponível na página de acesso do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.



Parágrafo único. Os julgamentos realizados no Plenário Virtual dar-se-ão de forma integralmente eletrônica, utilizando-se de sistema próprio.

Art. 3º. No prazo estipulado para início da sessão plenária virtual, as pautas serão automaticamente fechadas com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência, pelos meios disponíveis de tecnologia da informação, não podendo ser reabertas, com a sua consequente publicação no Diário Oficial Eletrônico do TCM PA.

Art. 4º. As sessões do Plenário Virtual obedecerão, no que couber, às normas relativas às sessões ordinárias do Tribunal Pleno e da Câmara Especial de Julgamento.

CAPÍTULO II DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º. A turma julgadora da sessão do Plenário Virtual será composta pelos integrantes do respectivo órgão julgador em exercício da atividade judicante durante a realização da sessão de julgamento.

Art. 6º. A composição do Plenário Virtual será registrada pela Secretaria-Geral, considerando-se, para fins de quórum, os Conselheiros que não estejam ausentes por motivo de licença, férias ou outro afastamento legal, durante todo o período de realização da sessão plenária virtual.

Art. 7º. Deverá declarar-se impedido ou suspeito, no próprio ambiente eletrônico da sessão plenária virtual, o Conselheiro que assim o desejar, até antes do fechamento automático da respectiva sessão plenária virtual, para fins de verificação de quórum.

Parágrafo único. Nas ocorrências em que for identificada a insuficiência de quórum, não haverá o encerramento do julgamento do processo, considerando-o como retirado de pauta e restituindo-se os autos ao Relator para nova pauta de julgamento virtual ou presencial.

CAPÍTULO III DO FUNCIONAMENTO

Art. 8º. As sessões em plenário virtual do Pleno e da Câmara Especial de Julgamento, salvo deliberação em contrário, serão realizadas semanalmente, com início às 12hs (doze horas) de segunda-feira e com término às 14hs (quatorze horas) de sexta-feira.

§ 1º. As sessões do Plenário Virtual serão abertas e encerradas automaticamente, pelos meios de tecnologia da informação, disponíveis e supervisionadas pela Secretaria Geral e pela Diretoria de Tecnologia da Informação, ambas deste Tribunal, ficando os processos disponíveis para apreciação pelo prazo determinado no *caput* deste artigo.

§ 2º. Nas comunicações relativas ao Plenário Virtual, realizadas exclusivamente por intermédio do Diário Oficial Eletrônico do TCM PA, deverão ser informados os dias e horários de abertura e encerramento das sessões de julgamento.

§ 3º. O Ministério Público de Contas dos Municípios informará à Secretaria Geral do TCM, até o meio-dia do último dia útil anterior à abertura da sessão plenária virtual, seu representante que atuará na respectiva sessão.

Art. 9º. Os processos a serem apreciados nas sessões do Plenário Virtual serão relacionados, pelos Gabinetes dos Relatores, com os respectivos relatórios e votos, previamente assinados digitalmente e, quando houver, com os acórdãos, no ambiente eletrônico denominado Plenário Virtual, que será constituído exclusivamente pela pauta ordinária.

§ 1º. A ausência de assinatura eletrônica do relatório e voto a serem apreciados, comportará, automaticamente, na retirada dos autos do Plenário Virtual, no momento da abertura da sessão, competindo à Secretaria Geral sua restituição ao Gabinete do Relator, para ciência e demais providências de alçada.

§ 2º. A relação e disponibilização dos processos constantes das pautas das sessões do Plenário Virtual obedecerá ao disposto no RITCM PA (ATO 23), para as sessões presenciais e virtuais.



§ 3º. O prazo limite para inclusão de processos em pauta do Plenário Virtual será até às 14hs (quatorze horas), da terça-feira da semana que antecede a abertura da referida Sessão.

Art. 10. No prazo de duração das sessões do Plenário virtual, a informação do órgão técnico, o parecer do Ministério Público de Contas, o relatório do Conselheiro-Relator, bem como os proferidos pelos demais integrantes da turma julgadora, ficarão disponíveis para consulta, dada a natureza pública da sessão de julgamento, respeitado o regramento próprio para os casos excepcionais que tramitem em sigilo, na forma regimental.

Art. 11. As partes, seus procuradores ou o representante do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, poderão solicitar ao Relator, antes do início do julgamento e por meio de petição, a retirada de pauta de processo inscrito para julgamento no Plenário Virtual, indicando sua intenção de realizar sustentação oral ou acompanhar o julgamento do processo de forma presencial, até às 12h (doze horas) data de abertura da sessão.

§ 1º. Na ocorrência das hipóteses previstas no *caput* deste artigo, o processo será automaticamente retirado da pauta do Plenário Virtual e remetido, após o encerramento da sessão plenária virtual, ao gabinete do Relator para posterior inclusão em pauta no Plenário Presencial.

§ 2º. O Relator poderá retirar da pauta do plenário virtual qualquer processo até o encerramento da sessão plenária virtual, durante o prazo previsto no art. 8º, desta Resolução Administrativa.

§ 3º. Os processos retirados de pauta pelo Relator poderão ser incluídos em nova pauta de julgamento de Plenário Virtual, se assim for indicado, observando-se as regras de publicação.

CAPÍTULO IV

DA MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS E DA VOTAÇÃO DO COLEGIADO

Art. 12. Aberta a Sessão Ordinária do Plenário Virtual, caberá ao representante do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará apresentar manifestação, durante o período previsto no art. 8º, no respectivo processo em que tenha se manifestado, com as seguintes diretrizes:

I – Ratificando o Parecer Ministerial constante dos autos;

II – Retificando o Parecer Ministerial constante dos autos;

III – Indicando situação de impedimento ou suspeição.

§ 1º. Nas hipóteses previstas nos incisos II e III, o processo será considerado como retirado de pauta, processo será considerado retirado de pauta de julgamento virtual para inclusão em pauta convencional, na primeira sessão de julgamento presencial ou virtual, observada a regra ordinária de publicação, em que se faça presente o representante do Ministério Público de Contas.

§ 2º. A ausência de manifestação do representante do Ministério Público de Contas, no prazo previsto no art. 8º, acarretará a adesão integral ao parecer constante dos autos, salvo se deixar de votar por motivo de impedimento ou suspeição.

§ 3º. O representante do Ministério Público de Contas, poderá ainda, durante a sessão, retirar processo de pauta, para destaque em sessão presencial ou virtual.

Art. 13. Nas sessões do plenário virtual, os membros do órgão colegiado poderão apresentar manifestação/voto, com as seguintes diretrizes:

I – Acompanhando o Voto de Relator;

II – Retirada dos autos da Sessão Plenária Virtual, para debates em sessão presencial ou virtual;

III – Indicando situação de impedimento ou suspeição.

§ 1º. Apresentada divergência por qualquer dos integrantes do órgão julgador, ao final da sessão eletrônica o processo será considerado retirado de pauta de julgamento virtual para inclusão em pauta convencional, na primeira sessão de julgamento presencial ou virtual ainda não publicada, na qual poderá haver discussão sobre a matéria objeto do processo.

§ 2º. A ausência de manifestação de Conselheiro, no prazo previsto no art. 8º, acarretará a adesão integral ao voto do Relator, salvo se deixar de votar por motivo de impedimento ou suspeição, ou ainda por motivo de licença, férias ou outro afastamento legal, durante todo o período de realização da sessão plenária virtual.



Art. 14. Será considerado como concluído o julgamento do processo em que, ao término da sessão plenária virtual, todos os julgadores, aptos à votação, tiverem convergindo com o Relator.

CAPÍTULO V
DA ATA DA SESSÃO DO PLÊNARIO VIRTUAL

Art. 15. As atas das sessões do Plenário Virtual serão expedidas pela Secretaria Geral, fazendo constar, obrigatoriamente:

- I - o período de realização, com a identificação da hora da abertura e do encerramento da sessão;
- II - os nomes dos Membros do Corpo Deliberativo participantes;
- III - os impedimentos e suspeições, quando houver;
- IV - a relação dos processos julgados ou apreciados; as respectivas decisões e a numeração fixada aos acórdãos e resoluções;

Parágrafo único. As atas das sessões plenárias virtuais serão assinadas pelo Presidente e, antes, pelo Secretário da Sessão.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Aplicam-se integralmente aos processos submetidos ao Plenário Virtual do TCM PA, as regras estabelecidas aos processos apreciados junto às Sessões Ordinárias Presenciais ou Eletrônicas, fixadas junto ao RITCMPA (ATO 23), dentre as quais:

- I – Publicidade dos Atos decisórios junto ao DOE/TCMPA;
- II – Prazos e forma de contagem, para interposição de Recursos e/ou Pedido de Revisão;
- III – Elaboração e divulgação da pauta e da ata da sessão.

Art. 17. Os casos omissos serão resolvidos por deliberação do Tribunal Pleno.

Art. 18. Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 24 de fevereiro de 2021.

MARA LÚCIA BARBALHO DA CRUZ
Conselheira/Presidente

ANTONIO JOSÉ COSTA DE FREITAS GUIMARÃES
Conselheiro/Vice-Presidente

FRANCISCO SÉRGIO BELICH DE SOUZA LEÃO
Conselheiro/Corregedor

LUIS DANIEL LAVAREDA REIS JUNIOR
Conselheiro/Ouvidor

SEBASTIÃO CEZAR LEÃO COLARES
Conselheiro/Presidente da Câmara Especial

JOSÉ CARLOS ARAÚJO
Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial

SÉRGIO FRANCO DANTAS
Conselheiro Substituto